

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N.º, DE 2008 (Da Sr.ª Rita Camata)

> Solicita seja realizada audiência pública para debater o PL 2.511/2007 que altera a Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996 que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial".

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para debater o PL 2.511/2007 que altera a Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996 que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial".

O autor do projeto, deputado Fernando Coruja , afirma que a falha existente na Lei n.º 9.279/1996 acarreta prejuízo da saúde da população que poderia ser amplamente beneficiada com a produção de medicamentos genéricos a preços bastante reduzidos caso a indicação terapêutica de produtos e processos farmacêuticos não fossem patenteáveis.

Trata-se de matéria complexa e que merece por parte desta Comissão uma análise mais aprofundada antes que seja levada a voto. Como relatora do projeto de lei também considero fundamental que mais informações sejam trazidas a este fórum para que todos os aspectos da alteração proposta sejam minuciosamente abordados.

Para tanto indico os seguintes convidados:

- 1. Luís Carlos Wanderley Lima Coordenação de Propriedade Intelectual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA;
- 2. Michel Lotrowska Médicos Sem Fronteira Campanha de Acesso a Medicamentos Essenciais;
- 3. Gabriel Tannus Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa Interfarma;
- 4. Jorge de Paula Costa Ávila Instituto Nacional da Propriedade Industrial INPI.

Sala da Comissão, em 17 de Março de 2008.

Deputada RITA CAMATA PMDB/ES